

Escândalo na Justiça: Desembargador Convida Juízes para Resort com Advogados de Ações Milionárias

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 16, 2024



Um caso de aparente conflito de interesses e falta de ética abala o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). O desembargador Heraldo de Oliveira, presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, convidou colegas magistrados para passar um fim de semana no luxuoso resort Jequitimar, no Guarujá, a convite de uma câmara de conciliação composta por advogados envolvidos em ações milionárias, algumas das quais julgadas pelo próprio desembargador Oliveira.

O convite, feito após um simpósio organizado pela Escola Paulista da Magistratura (EPM) sobre mediação, arbitragem e Poder Judiciário, levanta sérias questões sobre a imparcialidade e a ética dos magistrados envolvidos. O evento acadêmico contou com a presença de juízes, desembargadores e até ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de advogados da Med Arb, a câmara de conciliação presidida por Elias Mubarak, responsável pelo polêmico convite.

A Med Arb, uma entre várias câmaras de conciliação nomeadas pelo Judiciário para mediar conflitos, tem em sua composição advogados que atuam em casos de grande relevância financeira, envolvendo disputas entre poderosas empresas e valores que chegam a bilhões de reais. Muitos desses casos estão sob a responsabilidade de juízes das varas empresariais da Justiça de São Paulo, o que torna o convite para o resort ainda mais controverso.

O desembargador Heraldo de Oliveira, como coordenador do evento e presidente da Seção de Direito Privado, tem a responsabilidade de julgar pedidos de admissão de recursos para cortes superiores após julgamentos do TJSP. Sua proximidade com advogados que têm interesses em jogo nas causas empresariais levanta dúvidas sobre sua imparcialidade e sobre a lisura do processo judicial.

A situação se agrava quando se constata que o escritório de Elias Mubarak, presidente da Med Arb, fica no mesmo prédio da câmara de conciliação, apenas um andar abaixo. Mubarak é um renomado advogado em casos de recuperação judicial, tendo assessorado empresas com dívidas bilionárias, como a Itapemirim. Esse entrelaçamento entre a câmara de conciliação e os interesses privados dos advogados envolvidos levanta suspeitas sobre a isenção e a neutralidade dos mediadores.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, em nota, afirmou que a Escola Paulista da Magistratura tem autonomia para organizar seus cursos e parcerias, e que o convite para o resort não teve participação ou ingerência da EPM ou do TJSP. No entanto, a mera aparência de impropriedade já é suficiente para minar a confiança da sociedade na imparcialidade e na integridade do sistema judiciário.

Esse caso evidencia a necessidade de um maior escrutínio e de regras mais rígidas quanto à conduta dos magistrados e suas relações com advogados e partes envolvidas em processos. A independência e a imparcialidade do Poder Judiciário são pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito, e qualquer sombra de dúvida sobre a lisura dos julgamentos deve ser prontamente investigada e punida, se comprovada.

É fundamental que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e as corregedorias dos tribunais atuem de forma firme e transparente na apuração desse caso, garantindo que a conduta dos magistrados envolvidos seja devidamente investigada e, se necessário, punida com o rigor da lei. A sociedade brasileira

não pode tolerar que interesses privados e relações inadequadas contaminem a administração da justiça e corroam a confiança nas instituições.

Casos como esse reforçam a importância da vigilância constante e do controle social sobre o Poder Judiciário. É dever de todos os cidadãos, da imprensa e das organizações da sociedade civil acompanhar de perto a atuação dos magistrados e denunciar qualquer desvio de conduta ou suspeita de parcialidade. Só assim poderemos construir um sistema de justiça verdadeiramente justo, imparcial e digno da confiança da população.

Fonte: [Metrópoles](#)